

## Meridiano 47 - Journal of Global Studies



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License. Fonte:

<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/2686>. Acesso em: 22 nov. 2017.

### REFERÊNCIA

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. Análise da cúpula América do Sul: países árabes. **Meridiano 47: Journal of Global Studies**, Brasília, v. 6, n. 58, p. 4-8, 2005. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/2686>. Acesso em: 22 nov. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.20889/2686>.

## Análise da Cúpula América do Sul – Países Árabes

Tânia Maria Pechir Gomes Manzur\*

A Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA) encerrou-se na quarta-feira, 11 de maio de 2005, mas deixou o legado de algumas discussões importantes para a opinião pública brasileira, legado esse que deve perdurar ainda por bom tempo. Segundo análise feita por Igor Gielow, da *Folha de São Paulo*, o Encontro não teria sido “nem um sucesso absoluto, nem um desastre completo”<sup>1</sup>, dado que teria alcançado mais avanços que recuos no plano econômico e mais recuos que avanços no campo político.

É preciso ponderar a crítica e coletar dados mais precisos para chegar a conclusões mais sólidas. De fato, houve repercussão grande dos discursos políticos, especialmente porque, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a ênfase da Cúpula deveria estar na construção de pontes de oportunidade para o estreitamento das relações de cooperação bi-regional e também para o incremento dos negócios entre as duas regiões. É verdade que o MRE tentou fazer prevalecer esse discurso, mas para boa parte dos meios de comunicação, na prática, teria havido uma divergência quanto ao teor da Cúpula – aos países árabes, atribuir-se-ia o cunho prevalentemente político, e aos sul-americanos, a idéia fundamental de se incrementar o comércio. O fato é que, em se tratando de um encontro entre países árabes e sul-americanos, todos eles encaixados no rol dos PVD (países em via de desenvolvimento), ou países de médio desenvolvimento, o tom político apareceria naturalmente. Foi uma intenção política que motivou a proposição da Cúpula. Do mesmo modo, foi uma intenção política que impulsionou a participação (ou recusa a participar) nela. Como imaginar que estando reunidos representantes de Brasil, Venezuela, Argentina, Iraque, Arábia Saudita, Autoridade Nacional Palestina, Liga dos Países Árabes, apenas para citar

alguns dos mais freqüentes na mídia, não se trataria de temas candentes da política internacional? Ainda que se tentasse dirigir o foco para os aspectos econômico-comerciais e de cooperação, a política não poderia deixar de estar presente. Análises muito enfáticas e negativas quanto ao tom político da Cúpula, portanto, revelam nesse mister mais ignorância ou alheamento em relação à realidade do que a propriedade do conhecimento das relações internacionais.

Há alegações segundo as quais o encontro estaria esvaziado porque não contaria com a totalidade dos primeiros mandatários. É preciso notar, contudo, que estiveram presentes importantes lideranças, dentre as quais: Abdelaziz Bouteflika, presidente da Argélia e atual presidente da Liga Árabe (que congrega 22 países); Amre Moussa, Secretário-geral da Liga Árabe; Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP); Jalal Talabani, presidente do Iraque; Alejandro Toledo, presidente do Peru e atual presidente da Comunidade Sul-Americana de Nações; Hugo Chávez, presidente da Venezuela; Ricardo Lagos, presidente do Chile; Tabaré Vasquez, presidente do Uruguai; Leila Rachid, Ministra das Relações Exteriores do Paraguai, país que atualmente preside o Mercosul e Nestor Kirschner, presidente da Argentina, dentre outros. Quanto a este último, é interessante notar a intensidade com que a imprensa – brasileira e argentina, principalmente – realçou sua saída precoce e intempestiva, na terça-feira, portanto um dia antes do encerramento da Cúpula. Mas por que não dar cores fortes ao próprio comparecimento do presidente argentino ao Encontro? Em momentos anteriores, ele havia externado a intenção de nem mesmo participar. Somente pelo fato de estar em Brasília, Nestor Kirschner demonstrou a relevância da

\* Diretora do Curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília (UCB)

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u68932.shtml>. Acesso em 12 de maio de 2005.

Cúpula para seu governo e, ainda que tenha saído antes do final do Encontro, o que para ele não foi a primeira nem será a última vez, havia cumprido todas as obrigações previamente agendadas, segundo afirmou nas entrevistas dadas após sua chegada à Argentina. O que muitos analistas tomaram como fogo na brasa dos conflitos mais recentes entre Brasil e Argentina, provavelmente foi o reflexo da personalidade do homem de Estado, em especial, do enfado que o presidente argentino tem freqüentemente demonstrado quando presente em grandes cúpulas.

É preciso que se faça uma análise multifacetada daquilo que está sendo abordado nos grandes meios de comunicação brasileiros e estrangeiros, mas também daqueles que seriam possíveis reais avanços e recuos da Cúpula, algo que apenas o futuro mostrará por certo.

No primeiro quesito, podem ser evidenciados importantes indicadores.

Em primeiro lugar, tratemos da possibilidade de desenvolvimento do comércio internacional entre os países participantes – árabes e sul-americanos. Fala-se da expectativa do governo brasileiro de que haja um incremento de até 150% no comércio entre o Brasil e os países árabes (para saltar de algo em torno de US\$8 bilhões para aproximadamente US\$ 20 bilhões). Esses dados são baseados nas condições atuais e no potencial, que já se evidencia, de intensificação das exportações e importações entre Brasil e países árabes. Um encontro como a Cúpula ASPA tem a vantagem de estimular tanto o comércio multilateral como o bilateral. O Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo assinaram um Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, cujo objetivo seria criar mais uma área de livre comércio entre países em desenvolvimento. Pode-se dizer que, em princípio, a assinatura do mencionado acordo corre o risco de ficar apenas no âmbito da retórica. Porém, esse risco se corre após firmar-se qualquer tratado. A implementação das ações relativas às intenções expressas nos acordos, em especial no caso Mercosul/GCC, vai depender da vontade política dos países

signatários em negociar habilmente, de forma a não reduzir o comércio com parceiros tradicionais e, paralelamente, incrementar a diversificação de parcerias.

Outro exemplo de possíveis bons frutos no campo econômico-comercial é a concordância entre Lula, Kirschner e Chávez e os posteriores entendimentos entre ministros de energia do Brasil, da Argentina e da Venezuela para o estabelecimento da Petrosul, espécie de *joint venture* sul-americana a estimular a cooperação, mas também – e, talvez, principalmente – os negócios na área energética, mais especialmente em termos de petróleo.

Há que se mencionar ainda o grande potencial de relações comerciais bilaterais, a partir das diversas conversações que já tiveram ou terão como ponto de partida esta Cúpula. Especialmente quanto às iniciativas na área privada, as críticas mais contundentes atestam que o fórum empresarial e industrial que se realizou em concomitância com o evento principal não exprimiu relevância, especialmente porque teve um comparecimento inferior à metade dos inscritos. Com isso, a partir do número de participantes, poder-se-ia inferir o insucesso a que estaria fadada a iniciativa. Entretanto, o fato é que se reuniram aproximadamente mil industriais e empresários. Se todos eles puderem ter estabelecido parcerias e novos negócios, será um bom início. Cúpulas não têm a chave dos negócios, mas podem ajudar a incrementá-los. Se foi pequeno o número de participantes na visão de alguns, é também imperioso conhecer o peso econômico de cada um deles em seu país ou sua região. Apenas as ações futuras poderão suscitar críticas mais bem fundamentadas.

Em seguida, tratemos de política internacional. Dados positivos podem ser evidenciados desde já nessa seara. Em primeiro lugar, é patente o fortalecimento da liderança brasileira entre países do Sul. Não apenas foi a Cúpula um evento proposto e liderado pelo Brasil, mas o País teve primazia também na implementação de algumas ações. Um exemplo disso é o fato de que, na Declaração de Brasília,

documento final da Cúpula ASPA, propostas brasileiras como o combate à fome, o desarmamento, o estabelecimento de zonas livres de armas nucleares, a cooperação para o desenvolvimento, dentre outras, estão presentes de maneira explícita e vêm acompanhadas de sugestões de ação efetiva. Declarações conjuntas são, via de regra, bastante mais genéricas e fluidas do que a de Brasília demonstra ser.

Outro ponto em que o Brasil emplacou propostas foi o da defesa da soberania dos Estados sobre os recursos territoriais; como ilustração da importância dessa temática para o governo e para a sociedade brasileira, é disseminada internacionalmente, como se sabe, a idéia de internacionalização da Amazônia; para o Brasil é importante reiterar, sempre que possível, a soberania estatal sobre recursos naturais nos mais variados foros internacionais, de forma a não restarem dúvidas sobre o posicionamento dos brasileiros nesse mister. Essa é, certamente, uma questão candente também para os países árabes, não apenas por causa do petróleo lá existente, mas também pelas disputas acirradas e, desafortunadamente, crescentes pelo recurso natural que promete ser um dos mais disputados mundialmente no futuro bem próximo: a água.

Pode-se ainda alegar como indicação de futuros benefícios para países árabes e sul-americanos o incremento da cooperação sul-sul bilateral e multilateral (para além do âmbito econômico-comercial), o que poderia favorecer o planejamento e execução de ações conjuntas em prol da promoção da paz mundial e, talvez, um apoio mais abrangente à proposta brasileira de reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, com o Brasil passando a ser membro permanente. Em termos multilaterais, por exemplo, o incremento na cooperação internacional entre as duas regiões deve dar-se na medida em que, com a Cúpula, se estabelece um foro privilegiado para discussão de questões relevantes para ambas e, por conseguinte, para toda a comunidade internacional. Esse novo foro seria campo aberto para a reiteração das discussões sobre problemas relevantes da agenda política internacional

já discutidos na Cúpula, tais como o terrorismo, o direito de resistência à ocupação estrangeira, a posse territorial das Malvinas/Falklands, as sanções norte-americanas à Síria, a democracia no Iraque, o papel da ONU e sua necessária reforma, a construção da paz mundial, dentre outros.

Outro assunto importante no âmbito da cooperação internacional é a criação da já mencionada Petrosul. A primeira idéia de associação nasceu de um acordo de cooperação firmado pela Venezuela com a Argentina. Já se evoluiu para a participação brasileira. Pode-se ter, aí, um primeiro passo para a formação da Petroamérica, com a inclusão de estatais da Colômbia e do Equador.

Mas há sempre o outro lado da moeda. Mesmo as conquistas podem ser temperadas com cautela.

Em primeiro lugar, quanto ao incremento do comércio entre países sul-americanos e árabes, um entrave já se nota atualmente: uma das maiores dificuldades para os empresários – e que não permite atualmente números expressivos no comércio entre bi-regional – é a questão logística, especialmente no que tange aos transportes; exemplo disso é que falta ligação direta entre América do Sul e Oriente Médio, sem passar pela Europa; se como resultado da Cúpula algo for feito para minorar esse problema, o aumento dos números do comércio bi-regional poderá ser notado em breve tempo.

Quanto à questão da liderança brasileira entre os países em desenvolvimento, alguns problemas já têm aparecido, como as alegações nas imprensas argentina e brasileira de desgastes do presidente Kirchner em face da almejada projeção regional e mundial do Brasil. Há, segundo alguns analistas das relações internacionais, uma postura de “triumfalismo” entre os formuladores da Política Exterior do Brasil. Esse estaria sendo o tom dado pelo Ministério das Relações Exteriores nos posicionamentos brasileiros em diversos foros internacionais, como no âmbito do Mercosul, da ONU, da Organização Mundial do Comércio (OMC), e agora também na Cúpula ASPA. Caso se reflita nesses foros uma postura arrogante do Brasil, isso pode gerar desgastes e contraposições

ao que, na América Latina e, em especial na América do Sul, historicamente se considera como a tentativa de estabelecer o sub-imperialismo brasileiro. Será necessário um grande esforço do Itamaraty para minorar esse sentimento e, ainda assim, continuar com a aspiração a uma maior e melhor projeção internacional para o País.

A propósito, em termos do pleito ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o governo da Argentina tem, ao que consta, apresentado suas ponderações à primazia brasileira na questão. O fato é que muitos outros países americanos que estão ainda silenciosos a esse respeito poderiam, a partir de uma definição sobre a viabilidade da reforma da Organização, contrapor-se ao assento permanente do Brasil; parece interessante deixar governo brasileiro tomar a frente e lutar por mudanças e democratização da ONU; o Brasil estaria, com essa postura, acreditando que seria apoiado posteriormente na questão do assento permanente; entretanto, uma vez instituídas as mudanças na estrutura da Organização, que fundamentos e argumentações dariam ao Brasil o aval para representar a América Latina no Conselho de Segurança? Por que não a Argentina? Por que não o Chile? Ou o México? Ou ainda, a Colômbia? Ou, afinal, qualquer país da região? O Itamaraty e a presidência da República devem estar atentos ao fato de que a liderança implica benefícios e custos. O País se projeta internacionalmente, mas ao mesmo tempo “vira vidraça”; tem de arcar com os custos de participar das missões da ONU; tem de aumentar – para ser bem mais relevante e expressiva – a contribuição financeira para a instituição; tem de contribuir positivamente para as discussões e resoluções da Assembléia Geral; tem de apoiar e financiar – o que já ocorre, a bem da verdade – um número cada vez maior de projetos de cooperação internacional no âmbito das agências vinculadas à Organização, como é o caso do UNICEF, da UNESCO, dentre outras; e, além de tudo isso, deve munir-se de fundamentos para uma argumentação sólida que possa rebater os possíveis ataques e contraposições a essa liderança. Ademais, é preciso que o governo

brasileiro esteja preparado para, após todos esses esforços, e a despeito deles, negociar *ad nauseam* a adesão vultosa à causa brasileira e o apoio explícito à obtenção, pelo Brasil, do assento permanente.

Ainda quanto ao aspecto político das discussões levadas a termo na Cúpula, alguns problemas já têm sido levantados em relação à Declaração de Brasília. Primeiramente, ao condenar o terrorismo e, ao mesmo tempo, apoiar o direito de resistência à ocupação estrangeira, a Declaração deixaria a lacuna de não explicitar que casos seriam realmente de resistência e quais outros tratar-se-iam de atos terroristas. Alguns grupos vinculados à comunidade judaica brasileira, por exemplo, alegam que o direito de resistência poderia ser utilizado por grupos terroristas como justificativa para ações ilícitas, tendo em vista a propalada necessidade de defesa do seu território em face de agressão ou intervenção externa. De todo modo, é preciso mencionar que a Declaração é explícita na condenação de todas as formas de terrorismo e conclama à realização de uma conferência internacional, sob os auspícios das Nações Unidas, para estudar e definir o crime de terrorismo. Assim sendo, em princípio, condenando-se todas as formas de terrorismo, não existiria “terrorismo bom” e “terrorismo mau” – uma vez definido o crime de terrorismo, condena-se tudo o que se encaixe nessa categoria. Logicamente, não é papel de uma cúpula bi-regional tratar da definição do termo, então adequadamente os países árabes e sul-americanos fazem um convite à comunidade internacional para estudar a questão no âmbito da ONU.

A possessão das Malvinas/Falklands é outro ponto controverso, inclusive por que o próprio Reino Unido não estaria propenso a abrir negociações sobre o tema. Poderia vir a ser elemento de atrito com a Inglaterra, mas o que se propõe é a solução negociada, diplomática e consensual da disputa que, a bem da unidade sul-americana, não poderia ignorar o posicionamento argentino.

Em relação às sanções à Síria, talvez se configure aqui o principal elemento de possíveis atritos para o governo brasileiro: o alvo direto das recriminações são

os Estados Unidos – grandes responsáveis por essas sanções; o país é mencionado diretamente na Declaração. Isso é, por si só, elemento sobre o qual se exige cautela. Mesmo se alegando tratar-se de uma cúpula bi-regional, da qual deveria sair um documento que refletisse interesses das duas regiões, esse é o ponto em que mais críticas podem ser levantadas, especialmente por que não condiz com a tradição da política exterior do Brasil de evitar antagonismos explícitos com parceiros tradicionais. De fato, é necessário muito cuidado para que, a partir da Declaração de Brasília, não se desenvolva um atrito indesejado com os Estados Unidos; a diplomacia brasileira terá trabalho para aparar as arestas desse ponto em especial.

A cobertura internacional tem, por vezes, encarado essa Cúpula como uma tentativa de contrabalançar o peso dos Estados Unidos nas relações internacionais. Haveria, segundo jornais israelenses, por exemplo, uma certa preocupação de Israel com quão longe iriam as relações entre o Brasil e os países árabes reunidos na Conferência. De todo modo, o Brasil também é parceiro de Israel e certamente procurará amenizar quaisquer repercussões negativas

da Declaração final para que não se agrida nenhuma das partes envolvidas, inclusive por que há viagem marcada do Chanceler brasileiro, Celso Amorim, para Israel, no final deste mês de maio de 2005.

Em síntese, a Cúpula América do Sul – Países Árabes, iniciativa pioneira e que vem ao encontro da universalização da política exterior proposta pelo governo Lula desde a campanha eleitoral, sugere avanços expressivos e recuos em face dos quais se exige cautela. Será necessário um esforço da diplomacia brasileira para minimizar os efeitos dos problemas e enfatizar as vitórias. No momento atual, em que críticas vêm sendo feitas à política exterior do governo Lula por conta, especialmente, de entraves evidenciados nas negociações do Mercosul, alternativas de comércio e cooperação, como as que se abriram com os países árabes, podem vir a ser um bálsamo ou meramente um placebo. Tudo vai depender da vontade política, da coerência da retórica com a ação e da efetivação das várias propostas lançadas na Cúpula ASPA que, se realmente vierem a tornar-se realidade, poderão representar uma das conquistas do governo de Luís Inácio Lula da Silva.



## O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>